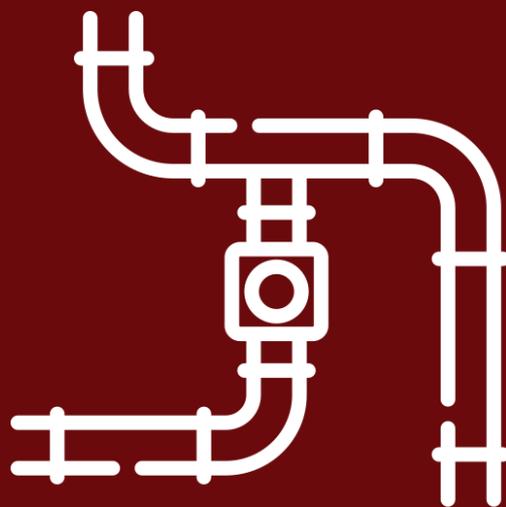


Parecer de Segunda Opinião

Título de Transição da Eneva



SITAWI Finanças do Bem
Rua Voluntários da Pátria, 301/301 – Botafogo
22270-003 – Rio de Janeiro/RJ
contact@sitawi.net | +55 (21) 2247-1136

16 de setembro de 2020

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRRI 2019 e a primeira organização brasileira a avaliar títulos verdes.

Sumário

I. Escopo	2
II. Opinião.....	3
III. Análise da Emissão	5
IV. Performance Socioambiental dos Projetos	11
IV.a – Parnaíba VI.....	11
IV.b – UTE Jaguatirica II	14
V. Performance ASG da Eneva.....	18
Método	25
Transition Bond Form.....	28

I. Escopo

O objetivo deste Parecer é prover uma segunda opinião sobre o enquadramento como Título de Transição ('Transition Bond') da segunda série da Sexta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, da Eneva S.A.. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para gastos futuros e reembolsos relacionados à implantação de dois projetos de geração de energia térmica a gás natural.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que, na ausência de princípios para títulos de transição, está alinhado com os *Guidelines for Transition Bonds* da AXA IM¹, *Green Bond Principles (GBP)*², os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*³, a publicação *Não Perca Esse Bond*⁴ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Análise da emissão de acordo com a escritura do título e com demonstrações financeiras da Eneva;
- Performance socioambiental dos projetos de acordo com o processo de licenciamento e procedimentos de gestão;
- Performance ASG⁵ corporativa da Eneva e suas subsidiárias, demonstrada a partir de políticas e práticas empresariais.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela Eneva, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis pela emissão da debênture, pelos projetos e pela gestão empresarial. Esse processo foi realizado em agosto e setembro de 2020.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

¹ https://realassets.axa-im.com/content/-/asset_publisher/x7LvZDsY05WX/content/financing-brown-to-green-guidelines-for-transition-bonds/23818

² <http://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/GBP-2016-Final-16-June-2016.pdf>

³ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

⁴ <http://info.sitawi.net/naopercaessebond>

⁵ Ambiental, Social e Governança. Do inglês ESG – Environmental, Social and Governance

II. Opinião

A SITAWI confirma que a segunda série da emissão da Eneva possui adicionalidade ambiental e climática, com potencial de redução de emissões de gases de efeito estufa, estando alinhada com a transição para uma economia de baixo carbono, e, portanto, se caracteriza como Título de Transição (“Transition Bond”).

Essa conclusão é baseada nas três análises a seguir:

- Emissão (seção III)
 - a. Os recursos serão utilizados para reembolsos e gastos futuros de custos de projetos relacionados à geração de energia térmica a gás natural, com potencial de redução de emissões a partir de aumento na eficiência energética e substituição de fontes mais carbono intensivas do Sistema Isolado de Roraima;
 - b. Os projetos que utilizarão os recursos do Título de Transição foram definidos na escritura da emissão. Esses projetos estão alinhados com a estratégia da Eneva e oferecem benefícios ambientais tangíveis;
 - c. A emissora irá manter os recursos obtidos através do título em seu caixa até seu desembolso total nos projetos;
 - d. A emissora está comprometida em reportar anualmente os benefícios ambientais e climáticos dos projetos.
- Projetos (seção IV)
 - a. Os projetos têm performance confortável ou satisfatória em todas as dimensões analisadas: ambiental, comunidades, trabalhadores e sistema de gestão socioambiental;
 - b. Foi identificada uma controvérsia socioambiental envolvendo o projeto UTE Jaguarica II, para a qual a resposta da emissora foi considerada adequada;
 - c. A gestão socioambiental da Eneva define de maneira clara as formas de medir, prevenir, mitigar e compensar os eventuais efeitos negativos dos projetos que receberão aportes da debênture.
- Emissora (seção V)
 - a. A emissora possui uma performance ASG confortável, com desempenho confortável nas dimensões ambiental, social e governança;
 - b. A empresa enfrenta controvérsias de severidade significativa para as quais possui capacidade de resposta adequada;
 - c. Dessa maneira, consideramos a empresa apta a gerir e mitigar riscos ASG de seu portfólio.

Equipe técnica responsável



Isabela Coutinho
Analista
icoutinho@sitawi.net



Cristóvão Alves
Gerente de Pesquisa e
Avaliação
calves@sitawi.net



Gustavo Pimentel
Sócio-Diretor
gpimentel@sitawi.net

Rio de Janeiro, 16/09/2020

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Eneva ou de suas subsidiárias. A SITAWI está conduzindo um outro projeto de consultoria ASG para a Eneva, cujo escopo não tem conexão com o tema Títulos de Transição ou avaliação independente. Ainda assim, para mitigar o potencial conflito de independência e garantir objetividade e isenção, os profissionais responsáveis por este Parecer não se envolvem no projeto de consultoria ASG e vice-versa. A SITAWI declara, desta forma, não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão de debêntures de transição da Eneva.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI⁶ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁶ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

III. Análise da Emissão

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado aos *Guidelines for Transition Bonds* da AXA IM, *Green Bond Principles (GBP)*, *Climate Bonds Taxonomy* e 'Não Perca Esse Bond'. Estes auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele gera benefícios climáticos e ambientais. Mais detalhes sobre os princípios podem ser encontrados na seção "Método".

A aderência a *standards* ambientais e climáticos, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores, subscritores e outros agentes de mercado que a emissora do título segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

Nas subseções a seguir, avaliaremos o alinhamento da segunda série da debênture da Eneva com os quatro componentes dos GBP.

Uso dos Recursos

Os recursos da emissão da segunda série da Debênture serão destinados para gastos futuros e reembolsos com anterioridade máxima de 24 meses da data da emissão relacionadas à implementação de dois projetos de geração de energia térmica, por intermédio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) controladas pela Eneva. Os projetos de geração selecionados estão listados na Tabela 1.

Tabela 1- Projetos selecionados de geração de energia térmica

SPEs	Projeto de geração	Capacidade instalada (MW)	Estado	Status do projeto	Estimativa para início da operação
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	Parnaíba VI	92,25	Maranhão	Planejamento	2025
Azulão Geração de Energia S.A.	UTE Jaguatirica II	140,8	Roraima	Instalação	2021

O projeto Parnaíba VI consiste na implementação de nova unidade geradora na usina termelétrica (UTE) MC2 Nova Venécia 2 (Parnaíba III) já existente, estabelecendo o ciclo combinado para aproveitamento do calor proveniente dos gases da exaustão gerados no processo de combustão da turbina a gás (UTE Nova Venécia existente) operando em ciclo Brayton.

Através deste aproveitamento será gerado o vapor d'água nas condições temperatura e pressão de projeto sendo este o combustível da nova turbina (Parnaíba VI) a vapor operando em ciclo Rankine. Desta maneira, a operação em ciclo combinado aumenta a potência instalada da usina em 51% sem aumento no consumo de gás natural e sem aumento nas emissões de gases de efeito estufa (GEE). O projeto aumenta a eficiência da UTE, reduzindo as emissões de GEE por quilowatt-hora (kWh) produzido.

Já o projeto UTE Jaguatirica II consiste na construção da central geradora termelétrica a gás natural para suprimento ao sistema isolado de Boa Vista (RR), que atualmente só conta com unidades moto-geradoras que utilizam o óleo diesel como combustível para a geração térmica local. Ao gerar energia mais limpa e mais barata, a usina tira do sistema isolado o correspondente à sua própria potência em geração a diesel, evitando emissões de GEE.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE)⁷, as usinas a diesel atualmente ativas em Roraima vão encerrar suas operações em 2021, com a entrada em operação das usinas vencedoras do Leilão de Boa Vista e localidades conectadas, de 2019 (que inclui a UTE Jaguatirica II). Além disso, há uma redução de 99% em emissões de óxido de nitrogênio (NOx) quando em comparação com as usinas que utilizam o ciclo Diesel (processo de combustão de motores atuais), contribuindo substancialmente para a redução da poluição atmosférica local.

O gás natural possui a queima mais limpa dentre os combustíveis fósseis, com a menor intensidade de carbono (WRI, 2017⁸), sendo descrito pelo Banco Mundial como importante combustível de transição⁹, com oportunidades significativas de redução de emissões de gases de efeito estufa, além de importante para a estabilização da rede de fornecimento com renováveis de geração variável. De acordo com SITAWI (2018)¹⁰, a substituição de termelétricas a óleo ou carvão por termelétricas a gás natural tem potencial de redução de emissões de gases de efeito estufa superiores a 20% e estão em direção a economia de baixo carbono, alinhada com o cenário de aquecimento de 2°C proposto no Acordo de Paris.

A taxonomia de finanças sustentáveis da União Europeia¹¹ considera que a geração de energia a partir de gás natural é uma atividade de transição com contribuição substancial para mitigação e adaptação a mudanças climáticas, além de não gerar impactos negativos significativos sobre recursos hídricos, a prevenção e controle de poluição e a proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas.

De acordo com a Agência Ambiental Alemã ('Umwelt Bundesamt')¹², o gás natural pode ser considerado uma alternativa energética de baixo carbono, superior a outros combustíveis fósseis em termos de custo de investimento, flexibilidade de operação, eficiência do combustível, velocidade de implantação e benefícios ambientais, proporcionando redução em emissões de GEE quando em substituição a energia gerada através de carvão e diesel.

Os Títulos de Transição são descritos pela AXA Investment Managers, uma das coordenadoras do grupo de trabalho de 'Climate Transition Finance' da International Capital Market Association (ICMA), como ideais para empresas em processo de transição climática e projetos relacionados a gás natural são listados como elegíveis. A Climate Bonds Initiative (CBI) argumentou em sua publicação 'Financing credible transitions'¹³ que a geração de energia através de gás natural pode ser uma atividade temporária viável para a transição climática, dado que ações sejam tomadas para reduzir e mitigar suas emissões de GEE.

Portanto, o Uso de Recursos da emissão da Eneva possui comprovada adicionalidade climática e ambiental, pelo aumento da geração de energia e redução nas emissões de GEE relacionadas, e está alinhado ao conceito de transição.

⁷ https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-452/EPE-NT-Planejamento%20SI-ciclo_2019_rev1.pdf

⁸ Disponível em: <https://www.wri.org/publication/financing-the-energy-transition>

⁹ Em seu 'Energy Sector Directions Paper' de 2013: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2013/07/16/world-bank-group-direction-for-energy-sector>

¹⁰ <http://info.sitawi.net/naopercaessebond>

¹¹ https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy_en.pdf

¹² Disponível em: https://www.umweltbundesamt.de/sites/default/files/medien/1410/publikationen/2017-04-05_climate-change_12-2017_investments-with-2c-compatible-pathways_0.pdf

¹³ Disponível em: <https://www.climatebonds.net/system/tdf/reports/cbi-fin-cred-transitions-092020-report-page.pdf?file=1&type=node&id=54300&force=0>

Processo de avaliação e seleção do projeto

O processo de seleção dos projetos para a emissão da segunda série da Debênture, incluindo a identificação de uma categoria elegível, definição de benefícios ambientais e os demais critérios de performance, ficaram a cargo da emissora, através de processo interno.

A Eneva é uma empresa focada em geração de energia através de gás natural e carvão mineral, além da exploração de gás natural *onshore*. A empresa também atua no Mercado Livre de Energia e Gás Natural com a Eneva Comercializadora. Sua missão é ser pioneira nas novas fronteiras de energia, com confiabilidade, competitividade e responsabilidade.

A empresa se comprometeu a não desenvolver novos projetos termelétricos a carvão (sem comprometer a energia assegurada nos contratos vigentes) e considera o gás natural como seu combustível de transição em substituição a combustíveis fósseis mais poluentes, e no aumento da segurança e eficiência do sistema elétrico brasileiro. O plano estratégico da empresa previu sua expansão 2018-2023 através de projetos a gás natural e/ou renováveis. Desde então, a empresa teve êxito em quatro leilões promovidos pela ANEEL relacionados a gás natural, incluindo os dois projetos objetos de análise do presente parecer.

Ademais, de acordo com a ferramenta Transition Pathway Initiative (TPI)¹⁴ os índices de emissões da Eneva de 2019 (0,60 tCO₂/MWh) e 2018 (0,66 tCO₂/MWh) estavam alinhados com índices dos mesmos anos de empresas de geração de energia classificadas como de nível 2 (em capacitação) e nível 3 (integração na tomada de decisões operacionais) no gerenciamento de emissões de GEE e de riscos e oportunidades relacionados a transição de baixo carbono.

Os benefícios ambientais gerados pelos projetos de geração elétrica e a parcela atribuída ao recurso aportado pela debênture se encontram na Tabela 2. O cálculo da emissão de gases de efeito estufa (GEE) evitada anual foi realizado pela Eneva, e considerou a comparação com uma usina a gás em ciclo simples (SCGT)¹⁵ e um despacho de 50% para Parnaíba VI e a comparação com uma usina a diesel e um despacho de 75% para Jaguatirica II. Para cálculo das emissões de NO_x evitadas, foi comparada a turbina de Jaguatirica II com a turbina de uma usina a diesel de mesma potência.

Tabela 2 - Benefícios ambientais dos projetos de geração de energia

Benefício ambiental	Total dos projetos	Parcela da Debenture
Capacidade instalada (MW)	233,05	87,71
Parnaíba VI	92,25	46,21 (50,1%)
UTE Jaguatirica II	140,8	41,50 (29,5%)
Emissão de GEE evitada anual (tCO₂e)*	701.019	
Parnaíba VI	210.240	105.315,03 (50,1%)
UTE Jaguatirica II	490.779	144.650,65 (29,5%)
Índice de Emissões (tCO₂e/MWh)*		
Parnaíba III (para comparação)	0,536	-
Parnaíba III + VI	0,346	-
Usina a diesel (para comparação)	0,549	-

¹⁴ Disponível em: <https://www.transitionpathwayinitiative.org/tpi/sectors>

¹⁵ Pois Parnaíba VI teria prioridade de despacho pela ONS quando em comparação com uma SCGT

UTE Jaguatirica II	0,355	-
Emissão de NOx evitada*		
UTE Jaguatirica II (mg/Nm ³)	4.246,6	1.251,63 (29,5%)
UTE Jaguatirica II (%)	98,8%	29,1% (29,5%)

*Estimados pela Eneva

Ainda de acordo com a ferramenta TPI, que faz medições de emissões de GEE corporativas para diversos setores, além de verificar compromissos institucionais com o gerenciamento de GEE, para o ano de 2021 o índice de emissões corporativo que estaria em conformidade com o estabelecido no Acordo de Paris seria de 0,48 tCO₂/MWh. Dado que este é o ano previsto para o início das operações de Jaguatirica II, esta se encontraria em conformidade com o estabelecido pelo acordo, com índice de emissões inferior (Tabela 2).

Já para 2025, ano de início previsto de operação de Parnaíba VI, o índice de emissões alinhado ao Acordo de Paris segundo o TPI é de 0,439 tCO₂/MWh, de forma que o projeto Parnaíba III + VI também se encontraria em conformidade. A ferramenta indica o índice de emissões anual em conformidade com o Acordo de Paris até 2030, sendo este de 0,402 tCO₂/MWh, de forma que os projetos seguiriam em conformidade, com índices de emissões inferiores.

A destinação de recursos da segunda série da Debênture será para reembolso e gastos futuros com custos e despesas relacionadas aos dois projetos. Estes possuem performance socioambiental confortável (seção IV), de acordo com avaliação da SITAWI.

Adicionalmente, realizamos uma análise da Eneva, com foco em suas áreas operacionais de geração, para que os investidores possam uma melhor visão de sua capacidade em sustentar as condicionantes que conferem o rótulo de transição às debêntures. Verificamos que o desempenho ASG da Eneva é confortável (Seção V).

Podemos então concluir que os projetos que serão financiados através da segunda série das Debêntures de Transição estão definidos e formalizados na escritura da emissão. Os projetos estão alinhados com a estratégia da Eneva e possuem benefícios ambientais e climáticos, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável.

Gestão dos Recursos

A Eneva realizará a sexta emissão de debêntures simples em duas séries, para distribuição pública, no valor de R\$ 835.000.000,00 (oitocentos e trinta e cinco milhões de reais). Sua segunda série, objeto da análise do presente parecer, terá o valor de até R\$735.000.000,00 (setecentas e trinta e cinco milhões de reais). Dos recursos obtidos com a segunda série, a totalidade será destinada para reembolso de gastos e despesas, que tenham ocorrido em período igual ou inferior a 24 meses da data de emissão e investimentos e pagamentos futuros relacionados aos projetos Parnaíba VI e UTE Jaguatirica II.

O artigo 4.1 da escritura da debênture restringe os dispêndios da segunda série à implementação dos projetos, listados previamente na Tabela 1. Isso garante que os recursos serão aplicados para suportar a geração de energia térmica com adicionalidade climática.

Os recursos serão gerenciados pela tesouraria da empresa, e assim destinados para as SPEs responsáveis pelos empreendimentos. Enquanto não são destinados aos projetos elegíveis, os recursos oriundos da emissão permanecerão no caixa da empresa ou em

equivalentes de caixa (instrumentos financeiros de renda fixa de curto prazo e baixíssimo risco). A empresa se compromete a não usar os recursos para financiamento de custo operacional de suas demais usinas térmicas.

O valor da segunda série da Debênture de Transição (até R\$ 735 milhões) representa aproximadamente 30,1% dos custos totais estimados para os projetos, de R\$ 2.439 milhões, conforme indicado na Tabela 3.

Tabela 3 - Custos totais do projeto e fontes de financiamento (em R\$ milhões)

Projetos	Custos Totais	Debênture de Transição
Parnaíba VI	539	Até 270
UTE Jaguatirica II	1.900	Até 560

É razoavelmente seguro afirmar que a destinação final dos recursos será para os projetos descritos na Tabela 1, pois a escritura contém cláusula que determina que, se parte dos recursos não for destinado para os projetos definidos, a emissora terá que pagar uma multa equivalente a 20% do valor dos recursos não alocados corretamente.

É importante frisar a característica de debênture de infraestrutura incentivada da emissão, já que os projetos a serem financiados enquadram-se como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia. Assim, a debênture também deve observar o disposto na Lei nº12.431/11 para não perder o benefício gerado pelo tratamento tributário especial.

Por fim, a empresa estima que o desembolso total dos recursos se dará até janeiro de 2025.

Com base na análise realizada sobre a gestão de recursos, podemos concluir que existe um procedimento claro e transparente para garantir que os recursos sejam destinados a projetos que sustentam a classificação de Título de Transição da emissão.

Relato

A emissora se compromete a monitorar e relatar informações financeiras e ambientais relacionadas aos projetos. Esses resultados serão acompanhados para garantir que os recursos alocados e a performance dos projetos permaneçam alinhados aos critérios de elegibilidade analisados no presente relatório.

As informações financeiras serão acompanhadas pelo Agente Fiduciário para garantir que os recursos serão alocados nos projetos previstos na escritura. A Eneva se compromete a comprovar, por meio de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) anuais, auditadas e disponibilizadas em seu website, a destinação dos recursos oriundos da Debênture de Transição até a alocação completa desses recursos.

Os indicadores de benefícios ambientais apontados nesse relatório como prioritários - a emissão de GEE evitada (Mil tCO₂e) e a emissão de NO_x evitada (mg/Nm³), cujos valores estimados encontram-se na Tabela 2, serão apresentados anualmente pela empresa em seu website até a maturidade do título, em setembro de 2035. Após o início da operação dos empreendimentos, a emissora também reportará anualmente o volume de energia gerado anualmente (GWh) e o índice de emissões (em tCO₂eq/MWh) para os projetos Parnaíba VI (considerando para esse indicador a totalidade de Parnaíba III + VI) e UTE Jaguatirica II.

Dessa maneira, concluímos que a empresa definiu de maneira clara o conteúdo e a forma de reporte dos indicadores financeiros e ambientais a serem comunicados para seus *stakeholders*. Os indicadores estão alinhados às boas práticas internacionais.

IV. Performance Socioambiental dos Projetos¹⁶

Essa seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental dos projetos financiados pela Debênture de Transição, visando identificar se os planos e programas implementados são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade dos projetos de contribuir para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente. Além disso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os projetos.

IV.a – Parnaíba VI

O projeto Parnaíba VI (PVI) consiste no fechamento de ciclo da usina térmica já existente e operante Parnaíba III (PIII) para aproveitamento do vapor d'água já produzido, aumentando a capacidade instalada sem o aumento do consumo de gás natural. Estas estão localizadas no Complexo Parnaíba, em Santo Antônio dos Lopes (MA). A usina PIII já possui 178 MW e o projeto PVI vai adicionar 92,254 MW, com início da operação previsto para 2025.

A performance socioambiental dos projetos é confortável. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho confortável nas dimensões ambiental, comunidades e trabalhadores, e desempenho satisfatório na gestão socioambiental, devido aos programas desenvolvidos através dos Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Plano Básico Ambiental (PBA) do Complexo Parnaíba
- Não foram identificadas controvérsias envolvendo o projeto.

Tabela 4 - Análise da performance socioambiental do projeto

Ambiental	Confortável
<p>• Licenciamento e Áreas protegidas (IFC-PS nº6): O projeto não está próximo de áreas protegidas e não está localizado em regiões incluídas nas listas de patrimônios da UNESCO ou RAMSAR.</p> <p>O projeto teve a LI nº 003/2012, que se referia ao Complexo Termelétrico Parnaíba como um todo, que foi automaticamente prorrogada para sua instalação pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) em agosto de 2019. Para o licenciamento ambiental do Complexo, foi elaborado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) em 2010 e Relatório de Conformidade Ambiental em 2012. O PBA do complexo termelétrico inclui 25 programas. Atualmente, o PBA para a operação está em revisão junto ao órgão ambiental, e estão ativos os seguintes programas: Plano Global de Gestão Ambiental, Programa de Gestão da Qualidade do Ar, Programa de Gestão dos Recursos Hídricos Superficiais, Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas, Programa de Monitoramento e Controle de Ruídos, Programa de Comunicação Social, Programa de Educação Ambiental, Programa de Conscientização e Sinalização do Tráfego, Plano de Emergência e Contingência e Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.</p> <p>Ademais, o Complexo possui Cadastro Ambiental Rural (CAR), com área total de 930,5815 ha. Desse total, 308,0314 ha são de Reserva Legal e 14,5783 ha de APP, somando 35% de áreas protegidas, em conformidade ao exigido pelo Código Florestal para a área em questão.</p>	
<p>• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6): O Complexo está localizado no extremo oriental da Amazônia, na zona de contato com o Cerrado e Caatinga. Para o mapeamento do uso do solo e da cobertura vegetal da área de influência do empreendimento, foi usado o sensoriamento remoto, além de trabalhos de campo. Foi identificada apenas uma espécie vulnerável. A caracterização da fauna foi baseada em dados secundários, levantamentos de campo e entrevistas com locais. O estudo também caracterizou as comunidades aquáticas de ictiofauna, macrófitas, fitoplâncton e zooplâncton através de revisão de publicações e visita de campo. Foi realizada caracterização pedológica através de levantamentos de campo e consulta de estudos já existentes. Na fase de implantação foram identificados 6 impactos sobre o meio biótico, todos sendo considerados negativos. Na fase de</p>	

¹⁶ Baseado nos oito *IFC Performance Standards* (IFC-PS), legislação brasileira aplicável e demais temas críticos setoriais identificados pela SITAWI

operação foi identificado um impacto sobre o meio biótico, a alteração da diversidade e abundância da biota aquática, também classificado como negativo.

Para mitigação dos impactos na época de implementação inicial do complexo térmico estiveram ativos os programas de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento, de Resgate de Propágulos e Indivíduos e de Supressão da Vegetação, de Recuperação e Restauração da Vegetação Natural, de Monitoramento da Fauna e de Monitoramento da Biota Aquática. Atualmente o PBA da operação está em revisão junto ao órgão ambiental e esses programas não estão ativos.

Utilização de materiais de menor impacto (IFC-OS n°3): A empresa informou que busca a solução mais eficiente e as melhores práticas de engenharia na escolha de seus equipamentos, dentro das normas e legislação vigente.

- **Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-OS n°3):** O EIA inclui os resíduos previstos a serem gerados durante a implantação, incluindo resíduos inertes de obra, resíduos domésticos e resíduos perigosos, incluindo oleosos e produtos provenientes do abastecimento, manutenção e operação de veículos e equipamentos. O estudo estabelece quantidade de geração prevista e destinação adequada. Não são listados resíduos gerados durante a operação. O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos está ativo para acondicionamento e disposição final adequada dos resíduos gerados no complexo.

Em relação a efluentes, está ativo o Programa de Gestão dos Recursos Hídricos Superficiais, para monitoramento da qualidade das águas superficiais no rio Mearim. O programa também estabelece os métodos e procedimentos que deverão ser adotados para o monitoramento do tratamento e lançamento dos efluentes gerados durante a operação, os quais são lançados no mesmo rio. O principal efluente a ser gerado são águas residuais industriais, e a partir dos pontos estabelecidos de amostragem será acompanhado trimestralmente se os parâmetros de qualidade da água estarão dentro dos limites estabelecidos na legislação.

O EIA indica que a vida útil do empreendimento pode ser estendida através de atualizações técnicas. Em caso de desativação, seria realizado um levantamento detalhado das condições de segurança do empreendimento, assim como das medidas necessárias para evitar riscos ambientais decorrentes da desmobilização das instalações. Então, a usina seria desmontada ou demolida e seus equipamentos preferencialmente destinados à reciclagem e/ou reutilização quando possível. Posteriormente o solo do local seria analisado para verificação de contaminantes, e, caso necessário, seria realizada a remediação do local.

- **Recursos naturais (IFC-OS n°3):** O EIA identificou que não há outras fontes potenciais emissoras de poluentes na região em que o Complexo está inserido. Para análise da qualidade do ar, foi realizada medição dos parâmetros de NO₂, SO₂, O₃ e CO, e todos resultaram bem abaixo dos limites estabelecidos pela legislação sendo considerados como boa qualidade do ar. A exceção foi o ozônio, que se aproximou de 50% do limite estabelecido pela legislação, podendo ser considerado como regular. Atualmente, está ativo o Programa de Gestão da Qualidade do Ar para controle e monitoramento das emissões das usinas térmicas e manutenção da qualidade do ar local. Para tanto, são realizadas campanhas semestrais de monitoramento nas chaminés dos empreendimentos, onde são medidas vazões dos gases exaustos, e quantidades de CO₂, CO e NO_x para verificação de adequação com parâmetros legais.

O empreendimento possui a outorga de direito de uso de água N° 1394105/2020 emitida pela SEMA e válida até 2025, que autoriza a vazão de 3000.0 m³/h ou 72000.0 m³/dia para o período de bombeamento 24 horas por dia do rio Mearim. Para determinar a vazão a ser outorgada, foi considerada a manutenção de abastecimento de outros locais, e a vazão remanescente dos locais de captação foi objeto de estudos e avaliações do órgão ambiental. Para gestão do uso da água relacionado ao empreendimento a empresa informou que realiza programa de monitoramento qualitativo da captação de água e descarte de efluentes no Rio Mearim e que o novo projeto (Parnaíba VI) não exigiu obtenção de nova outorga e está contemplado no volume previamente outorgado. Como também é realizada a extração de água através de poços subterrâneos, está ativo o Programa de Monitoramento de Águas Subterrâneas, para acompanhamento semestral da dinâmica de fluxo e qualidade da água subterrânea na área de influência do complexo, de acordo com o estabelecido na Resolução CONAMA n.º 396/08 e Portaria n.º 518/04 do Ministério da Saúde.

O fornecimento de gás natural do Complexo Parnaíba é realizado através de gasoduto proveniente de exploração dos poços onshore localizados nos cinco campos que compõem o Sistema de Tratamento de Gás do Parnaíba (STGP), próximos à implantação do novo projeto, a uma taxa de aproximadamente 7,2 MNm³/dia. O gás proveniente dos poços produtores é transportado pelos gasodutos até a Unidade de Tratamento de Gás (UTG). Essa operação como um todo está licenciada pela LO 1095305/2020. Em relação a vazamentos de metano nos gasodutos de fornecimento, a empresa informou que não realiza monitoramento dos mesmos, mas que realiza gestão de integridade robusta, e que o gasoduto é considerado como elemento crítico de segurança operacional da

instalação, passando por inspeções, testes e manutenções necessárias, de forma planejada e controlada, buscando a integridade mecânica e adequação ao uso.

Comunidades

●●●● Confortável

- **Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4):** Não foram realizadas audiências públicas no âmbito do projeto PVI. O EIA do complexo identificou 19 impactos sobre o meio socioeconômico durante sua implantação, dos quais 14 foram considerados negativos. Para a fase de operação, foram identificados 6 impactos sobre o meio socioeconômico, dos quais 3 foram considerados negativos. Para mitigação sobre os impactos identificados estão ativos os Programas de Monitoramento e Controle de Ruídos, de Comunicação Social, de Educação Ambiental e de Conscientização e Sinalização do Tráfego. O primeiro estabelece o monitoramento dos níveis de ruído junto aos receptores mais próximos ao empreendimento para comparação com os níveis de referência, duas vezes por dia. O segundo estabelece campanhas temáticas, sistema de comunicação com a população afetada, conscientização para boas práticas e outras ações. O terceiro visa estimular trabalhadores e público afetado para a proteção do meio ambiente com ações informativas. O último tem como objetivo proporcionar segurança aos usuários das vias de circulação da região, com monitoramento das alterações nos fluxos de tráfego, realização de campanhas informativas e criação de sistema eficiente de resposta e emergências.
- **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** De acordo com o EIA, o empreendimento não afeta comunidades tradicionais.
- **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** A empresa informou que a implementação do projeto PVI não demandou reassentamentos involuntários. Para instalação do Complexo, foi realizado o programa de reassentamento voluntário, e este foi finalizado em 2017. As famílias cadastradas aceitaram os acordos negociados com defensoria pública, representantes comunitários e a Eneva. Os reassentamentos receberam casas mobiliadas, auxílio financeiro, assistência técnica rural e hoje encontram-se na fase emancipação, com atividades relacionadas a agricultura familiar e produção agroecológica para geração de renda local. O entorno do complexo, desde então, não apresenta ocupações irregulares. A área em que o projeto está sendo implementado é de propriedade da empresa.
- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** Como o projeto será instalado em complexo industrial já existente e operacional, sem adicional de área, não foi realizado levantamento arqueológico para PVI.

Trabalhadores

●●●● Confortável

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** Os funcionários envolvidos no projeto são contratados em regime CLT. O EIA apresentado não inclui principais riscos operacionais e sociais da atuação dos trabalhadores na localidade onde será desenvolvido o projeto. Entretanto, o empreendimento segue o manual de gestão corporativo de saúde e segurança da Eneva, revisado em 2020. Este estabelece a obrigatoriedade do uso de EPIs de acordo com o posto de trabalho e o comprometimento das lideranças com auditorias e verificações de conformidade com procedimentos padrão. Este também estabelece o programa de treinamento para as normas regulamentadoras (NRs) aplicáveis aos postos de trabalho. O sistema como um todo é auditado para garantir sua melhoria contínua.

Ainda não há funcionários terceirizados no projeto, pois suas obras ainda não se iniciaram, porém estes serão usados na sua etapa de construção. Estes serão envolvidos nas campanhas de capacitação de saúde e segurança e seus indicadores de segurança (fatalidades, taxa de fatalidade (FAT), afastamento por acidente, taxa de afastamento por acidente (LTIF) e dias de trabalho perdidos) serão monitorados.

- **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** A Eneva possui Código de Conduta aplicado a todos os funcionários diretos e terceiros que estabelece o respeito ao indivíduo e tratamento de forma justa e não discriminatória independente de gênero, idade, deficiência, nacionalidade, origem étnica, religião ou crença, orientação política, orientação ou identidade sexual, raça ou cor, estado civil, situação familiar ou atuação sindical. A empresa também possui a Diretriz de Igualdade de Oportunidades e Respeito que estabelece a igualdade de oportunidades e a inclusão social entre os colaboradores. Este também indica que os funcionários devem garantir a igualdade de oportunidades e posicionar-se a evitar discriminação e assédio. Nenhuma forma de discriminação ou assédio será tolerada pela empresa, e são indicados endereços na internet e telefone para denúncias anônimas a violações de ética. Não há iniciativas relacionadas a diversidade a nível de projeto.

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** Para a gestão ambiental do complexo está ativo o Plano Global de Gestão Ambiental, que visa gerenciar os demais programas ambientais atendendo a política de sustentabilidade da empresa e atendendo requisitos legais e condicionantes do licenciamento ambiental a partir da metodologia de planejamento, implementação, verificação e ação corretiva. Este prevê a realização de análise crítica periódica para melhoria contínua. Para o projeto específico dentro do complexo, a empresa informou sua gestão ambiental se dará em conformidade com o PBA do complexo e com o Manual Corporativo de HSE da companhia. O responsável pela gestão ambiental do empreendimento é o Gerente Geral de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Este está inserido na matriz da empresa e é diretamente ligado ao Diretor de Serviços Corporativos da Holding. Como o projeto ainda não foi iniciado, este ainda não realiza visitas ao local. Ademais, o projeto não conta com certificações.
- **Transparência (IFC-PS nº1):** Para acompanhamento da gestão ambiental do empreendimento são elaborados relatórios que são apresentados ao órgão ambiental periodicamente. Estes não são públicos.

Não foram identificadas controvérsias socioambientais envolvendo o projeto. Esse fato é importante, pois indica que os programas de monitoramento, prevenção, mitigação e compensação de impactos socioambientais têm sido efetivos.

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira confortável os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados aos projetos que receberão aportes do Título de Transição, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

IV.b – UTE Jaguatirica II

O projeto Jaguatirica II consiste em uma usina térmica a gás natural, localizada em Boa Vista (RR). Este está em implementação e com operação prevista para 2021. O gás natural do empreendimento virá do Campo do Azulão, no Amazonas. O projeto contará com 140,83 MW de potência instalada.

A performance socioambiental do projeto é confortável. Dentre as dimensões avaliadas, destacam-se os seguintes resultados:

- Desempenho confortável nas dimensões ambiental, comunidades, trabalhadores e gestão socioambiental, devido aos programas desenvolvidos através dos Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Plano Básico Ambiental (PBA) da fase de implantação do empreendimento.
- Foi identificada uma controvérsia envolvendo o Campo do Azulão, que fornece gás ao empreendimento.

Tabela 5 - Análise da performance socioambiental do projeto

- **Licenciamento e Áreas protegidas (IFC-PS nº6):** O projeto está localizado a 600m de uma Área de Proteção Permanente (APP), porém seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA) indica que sua implantação não influenciará essa área. Ademais, este não está localizado em regiões incluídas nas listas da UNESCO ou RAMSAR.

O projeto teve LP Nº 115/19/DLA emitida em agosto de 2019 e possui LI Nº 091/19/DLA emitida em março de 2020 pela Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (femah), válida até setembro de 2021. O empreendimento também recebeu autorizações da mesma instituição para as etapas de terraplanagem e acesso definitivo ao empreendimento, construção da estrada de acesso definitivo e ponte e fundações superficiais ou profundas em novembro de 2019; para as etapas de construção das edificações e estruturas civis em fevereiro de 2020; e para a etapa de montagem eletromecânica multidisciplinar em março de 2020. Para embasamento dos mesmos, foram

elaborados EIA e Plano Básico Ambiental (PBA) para a fase de implantação do empreendimento, que indica 15 programas mitigadores dos impactos gerados nessa etapa a serem desenvolvidos pela empresa. São estes os programas de Gerenciamento Ambiental das Obras, de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de Gerenciamento de Efluentes Líquidos, de Monitoramento das Águas Superficiais e Subterrâneas, de Monitoramento da Qualidade do Ar Ambiental e Meteorologia, de Gerenciamento de Emissões Atmosféricas, de Monitoramento e Controle de Ruídos, de Recuperação de Áreas Degradadas e Formação de Cinturão Verde, de Resgate e Translocação de Flora, de Resgate e Afugentamento de Fauna Terrestre, de Priorização e Qualificação de Mão de Obra, de Priorização de Fornecedores Locais, de Monitoramento Socioeconômico, de Comunicação Social, e de Educação Ambiental para Trabalhadores.

Ademais, o projeto possui Cadastro Ambiental Rural (CAR), com área total de 54,5465 ha. Desse total, 24,7582 ha são de Reserva Legal e 3,4794 ha de APP, somando 52% de áreas protegidas, superior aos 35% exigido em áreas de cerrado na Amazônia Legal.

- **Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6):** O empreendimento está localizado na porção de savanas do bioma Amazônico. Para análise da flora foi consultada bibliografia especializada e foram realizadas visitas técnicas com caminhadas aleatórias com observações e registro fotográfico. Foram identificadas 145 espécies, das quais duas se classificam como vulneráveis. Estas não foram encontradas na área diretamente afetada. Para levantamento da fauna, foram realizadas amostragens de campo (incluindo busca ativa limitada por tempo e busca ativa auditiva) que foram complementadas com dados secundários. Foram identificadas quatro espécies consideradas como vulneráveis. Em relação ao solo, para descrição pedológica foi realizada a revisão bibliográfica, trabalho de campo e análise laboratorial. Em relação a paisagem sua alteração foi considerada como um impacto decorrente da implementação do empreendimento.

Para mitigação dos impactos identificados na fase de implementação, o Programa de Resgate e Translocação da Flora visa minimizar adversidades sobre a flora com a realocação de espécies vegetais do local de intervenção, contribuindo com a manutenção da diversidade genética local. Para acompanhamento do programa serão considerados os indivíduos resgatados, a mortalidade das espécies e o volume de material conservado. O Programa de Resgate e Afugentamento da Fauna Terrestre visa minimizar impactos da implementação do empreendimento sobre espécies endêmicas a ameaçadas, através da realocação das espécies faunísticas dos locais de intervenção, antes do início da atividade de supressão. Os indicadores definidos a serem acompanhados a respeito do programa são o número de indivíduos translocados, o número de indivíduos aproveitados em coleções científicas, a composição da lista de espécies da fauna da área de influência do empreendimento, relacionando à lista previamente diagnosticada e o número de indivíduos afugentados. Para ambos os programas mencionados, após o final da supressão vegetal, estão previstos relatórios de consolidação final. O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Formação de Cinturão Verde prevê a formação de barreira física (cinturão verde) no entorno da área industrial para amenizar os efeitos da usina nas áreas adjacentes. Esse projeto está previsto após o final das obras de implementação da usina em si. Para acompanhamento do programa serão acompanhados o número de espécimes plantados e sua respectiva mortalidade.

- **Utilização de materiais de menor impacto (IFC-OS nº3):** A empresa informou que busca a solução mais eficiente e as melhores práticas de engenharia na escolha de seus equipamentos, dentro das normas e legislação vigente.
- **Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-OS nº3):** O EIA inclui os resíduos previstos a serem gerados durante a implantação, incluindo resíduos inertes de obra, resíduos domésticos e resíduos perigosos, incluindo oleosos e produtos provenientes do abastecimento, manutenção e operação de veículos e equipamentos. Não são listados resíduos gerados durante a operação. O Programa de Gerenciamento de Resíduos estabelece diretrizes para a separação, acondicionamento, incentivo a reciclagem e reutilização e destinação final de resíduos dotando a metodologia de planejamento, execução, verificação e ação corretiva. Para tanto, o programa inclui a sensibilização dos trabalhadores e atendimento a requisitos legais da Política Nacional de Resíduos Sólidos, além de estabelecer a conduta adequada por tipo de resíduos. São estabelecidos indicadores para acompanhamento da efetividade do programa e equipe técnica responsável.

Ademais, o Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos identifica dois tipos de efluentes líquidos a serem gerados: esgotos sanitários e efluentes possivelmente contaminados com óleo e/ou produtos químicos. A meta do programa é promover a destinação ambientalmente adequada de 100% dos efluentes líquidos gerados e o percentual de destinação adequado será monitorado como indicador de cumprimento. Para os efluentes sanitários serão usados banheiros químicos durante as obras e sua destinação será dada por caminhão limpa-fossa até o destino final. A vida útil esperada para o empreendimento é de 25 a 40 anos, dependendo de manutenção e operação adequadas. Não foram apresentados planos para seu eventual descomissionamento.

-
- **Recursos naturais (IFC-OS nº3):** O EIA identificou que a região em que o empreendimento está inserido possui boas condições dispersivas de poluentes na atmosfera. Não há outras fontes potenciais emissoras de poluentes na região em que o empreendimento será inserido. A geração de energia no estado de Roraima está centrada em UTEs a óleo combustível ou óleo diesel, cuja queima gera monóxido de carbono (CO), dióxido de carbono (CO₂), óxidos de nitrogênio (NO_x), dióxido de enxofre (SO₂) e hidrocarbonetos. A escolha do gás natural como combustível do empreendimento gera uma redução de emissões atmosféricas locais associadas com a geração de energia.

A alteração da qualidade do ar foi um dos impactos negativos identificados em decorrência do empreendimento tanto para a fase de implementação quanto para a fase de operação, com significância considerada moderada. Na primeira fase, o principal poluente envolvido é o material particulado. Para a segunda, há emissões como o monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NO_x), dióxido de carbono (CO₂), hidrocarbonetos totais (HCT) e compostos orgânicos voláteis (COV). As emissões não são constantes, dadas as possíveis variações de demanda de energia. Com o fim da vida útil do empreendimento e conseqüentemente fim das emissões, é prevista a manutenção da qualidade do ar original da região. Para mitigação do impacto é proposto o Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar Ambiental e meteorologia, que é baseado nas premissas da Resolução CONAMA 491/2018. Neste, serão medidos os parâmetros relacionados a NO_x, NO, NO₂, CO, HCT e O₃. Em relação a meteorologia serão monitorados a velocidade e direção do vento, a precipitação, a radiação solar, a temperatura, a umidade e a pressão atmosférica. Os resultados obtidos serão comparados com os padrões estabelecidos. Também é estabelecido o Programa de Gerenciamento das Emissões Atmosféricas, que visa manter a adequação das emissões atmosféricas com o estabelecido na Resolução CONAMA 382/2006. No âmbito desse programa será realizado o monitoramento contínuo, e irá verificar a chaminé da UTE para os parâmetros de NO₂ e CO. Outros parâmetros serão acompanhados como a vazão de saída da chaminé, temperatura de exaustão dos gases, teor de oxigênio no efluente atmosférico, pressão dos gases e umidade no efluente atmosférico. O programa será acompanhado através de relatórios e será conduzido até o final da vida útil do empreendimento.

O empreendimento possui duas outorgas de direito de uso de recursos hídricos emitidas pela femarh: a Portaria Nº 154/2019 e a 160/2019 que permitem o bombeamento do tipo 4BPS8f para vazão máxima de 8m³/h, 24h/dia e 7 dias/mês com volume anual de 16.128 m³ com validade até dezembro de 2026, para dois poços diferentes. A vazão remanescente dos locais de captação foi objeto de estudos e avaliações do órgão ambiental para a determinação da vazão a ser outorgada. Ademais, o empreendimento contará com a tecnologia Air Cooled Condenser (ACC) para resfriamento do ciclo água-vapor, reduzindo sua necessidade de água.

O gás natural usado no empreendimento virá do Campo do Azulão, localizado no Amazonas. Este será liquefeito no terminal de liquefação no local, onde ocorrerá a tancagem do GNL que será então transportado em tanques criogênicos por rodovia existente (1.100 km de estrada pavimentada) até a usina, utilizando a rede logística atualmente destinada ao transporte de óleo diesel. No empreendimento ocorrerá a tancagem do GNL, que segue para a unidade de regaseificação e então para a UTE. O campo do Azulão contou com a LI 039/2019 para exploração de petróleo e gás natural (perfuração dos poços), e conta com a LI 045/2019 para unidade de tratamento de gás natural válida até 09/2021, ambas emitidas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM).

Comunidades



- **Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4):** Foram realizadas duas audiências públicas com a comunidade local. Foram identificados oito impactos sobre o meio socioeconômico, dos quais cinco foram classificados como negativos.

Para mitigação dos impactos identificados, é proposto no PBA o Programa de Monitoramento Socioeconômico, visando a manutenção do relacionamento saudável entre a empresa, a comunidade e o poder público local. O programa acompanha o desempenho social e econômico da área de influência do empreendimento para identificar efeitos positivos e negativos de suas atividades. Indicadores a serem acompanhados incluem participação percentual de trabalhadores residentes na área de influência, participação percentual de bens e serviços locais, segurança pública, geração de empregos e outros. Para o monitoramento é estabelecido o desenvolvimento de relatórios semestrais. O programa de Comunicação Social visa manter um diálogo constante com a população local para disseminação adequada de informações a respeito do empreendimento com a divulgação de seus impactos ambientais e do andamento dos demais programas ambientais e o Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores visa conscientizar os funcionários a respeito da conservação dos recursos naturais.

Para a promoção do desenvolvimento local, foram propostos os programas de Priorização e de Qualificação de Mão de Obra e de Priorização de Fornecedores locais. O primeiro inclui orientação

profissional aos trabalhadores, para evitar a necessidade de migração e o segundo visa realizar contratações no mercado local, reduzindo a necessidade de atração de contratados de outras regiões.

- **Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7):** Segundo o EIA, o empreendimento em questão não afeta comunidades tradicionais. Já para o campo de Azulão, a comunidade indígena mais próxima está localizada a 68,5 km, fora de sua área de influência.
 - **Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5):** A empresa informou que a implementação do empreendimento não demandou reassentamentos em sua área de influência. A área em que o projeto está sendo implementado é de propriedade da empresa.
 - **Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8):** Foi exigido pelo IPHAN a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico do empreendimento. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos e intervenções arqueológicas. Não foram identificados vestígios arqueológicos e o processo está em trâmite no IPHAN.
-

Trabalhadores

●●●○ Confortável

- **Condições de trabalho de empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2):** Os funcionários envolvidos no projeto são contratados em regime CLT. A empresa elaborou matriz de riscos de meio ambiente, segurança e saúde para a planta. Esta classifica os riscos para cada um dos postos de trabalho e suas respectivas atividades e indica hierarquia de medidas de controle para os riscos, que inclui eliminar, substituir, minimizar, controle de engenharia, controle administrativo e uso de equipamentos de proteção individual e coletiva (EPIs e EPCs).

O projeto também possui Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional (PCMSO) para implementação de exames de saúde preventivos para acompanhamento do estado de saúde dos funcionários. Também é oferecida vacinação e treinamentos relacionados a saúde e segurança. O documento também inclui listas de inspeção para verificação da adequação com leis e normas reguladoras relacionadas, incluindo para ambulâncias, alojamento, serviço de saúde, instalação sanitária e vestiários, refeitório e cozinha. O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) identifica riscos físicos, químicos e biológicos decorrentes das atividades executadas, visando preservar a saúde dos funcionários a partir da prevenção e o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho (PCMAT) estabelece medidas administrativas, de planejamento e organização para mitigar os riscos identificados no PPRA.

A empresa também possui matriz de treinamentos com a relação de treinamentos a serem realizados com os funcionários da UTE, incluindo temas como normas regulamentadoras, reciclagem, saúde e segurança em espaços confinados, movimentação de carga, trabalho em altura, máquinas e equipamentos, liderança e outros. O PBA apresentado pelo empreendimento não inclui plano de gestão trabalhista, porém este não foi exigido pelo órgão ambiental.

Há funcionários terceirizados atuando na construção das unidades do projeto. Estes são envolvidos nas campanhas de capacitação de saúde e segurança e seus indicadores de saúde e segurança (fatalidades, taxa de fatalidade (FAT), afastamento por acidente, taxa de afastamento por acidente (LTIF) e dias de trabalho perdidos) são monitorados e, de acordo com o informado pela empresa, são iguais aos trabalhadores contratados diretamente.

- **Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2):** A Eneva possui Código de Conduta aplicado a todos os funcionários diretos e terceiros que estabelece o respeito ao indivíduo e tratamento de forma justa e não discriminatória independente de gênero, idade, deficiência, nacionalidade, origem étnica, religião ou crença, orientação política, orientação ou identidade sexual, raça ou cor, estado civil, situação familiar ou atuação sindical. A empresa também possui a Diretriz de Igualdade de Oportunidades e Respeito que estabelece a igualdade de oportunidades e a inclusão social entre os colaboradores. Este também indica que os funcionários devem garantir a igualdade de oportunidades e posicionar-se a evitar discriminação e assédio. Nenhuma forma de discriminação ou assédio será tolerada pela empresa, e são indicados endereços na internet e telefone para denúncias anônimas a violações de ética. Não há iniciativas relacionadas a diversidade a nível de projeto.
-

Gestão socioambiental

●●●○ Confortável

- **Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1):** O PBA inclui o Programa de Gerenciamento Ambiental das Obras (PGA) que visa reduzir potenciais passivos ambientais durante a instalação do empreendimento. Para tanto, este inclui orientação aos trabalhadores quanto a proteção dos recursos naturais, gerenciamento de resíduos pelas empreiteiras, prevenção e controle de consequências de derramamentos, observância a conformidade legal, registro e demonstração das empreiteiras de
-

conformidade com o programa e outros. Seus indicadores a serem acompanhados são o número de não conformidades identificadas, número de ações preventivas e/ou corretivas para cada não conformidade e percentual de não conformidades corrigidas dentro do prazo.

Não foi apresentado programa de gerenciamento ambiental para a fase de operação. A definição dos programas de gestão ambiental para a operação seguirá formato semelhante ao que vem sendo executado durante a fase de implantação, e suas especificidades serão definidas junto ao órgão ambiental no ato da emissão da licença de operação. O responsável pela gestão ambiental do empreendimento é o Gerente Geral de Saúde, Segurança e Meio Ambiente. Este está inserido na matriz da empresa e é diretamente ligado ao Diretor de Serviços Corporativos da Holding, além de possuir equipe local e realizar visitas técnicas frequentemente. Ademais, o projeto não conta com certificações.

- **Transparência (IFC-PS nº1):** O acompanhamento do cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental é realizado através de relatórios periódicos enviados ao órgão ambiental. Estes não são públicos.

Em relação ao estudo de controvérsias, foi identificada uma controvérsia relacionada ao Campo de Azulão, de severidade muito significativa. Seu nível de responsabilidade é considerada adequado para resolução dessas questões. Esse fato é importante, pois indica que as práticas da empresa são efetivas.

Social	Nível de Severidade	Responsividade
2020: Justiça do Trabalho no AM suspende atividades de exploradora de gás no Campo do Azulão por conta da pandemia	Muito significativo: A Justiça do Trabalho suspendeu por 14 dias as atividades da Eneva no Campo do Azulão, nos municípios de Silves e Itapiranga, no Amazonas. Os defensores públicos consideraram que houve aumento descontrolado de casos de COVID-19 dentre funcionários. A decisão determinou que a Eneva deveria elaborar e apresentar plano de retomada gradativa das atividades no Campo do Azulão, para implementação após o período de suspensão das atividades, observando as orientações dos órgãos sanitários e o disposto no artigo 160 da CLT.	Remediativa: A empresa vinha adotando uma série de medidas para conter o coronavírus (testagem de todos os colaboradores, uso obrigatório de máscaras de proteção, medição de temperatura na entrada, entre outras) e entrou com recurso visando demonstrar suas ações preventivas e a essencialidade das atividades desenvolvidas no local e o atendimento a protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas de saúde. O judiciário revogou a decisão de primeira instância e a paralisação se encerrou após 3 dias

Dessa forma, é possível concluir que a emissora estabeleceu de maneira confortável os procedimentos para gestão de riscos socioambientais associados aos projetos térmicos que receberão aportes do Título de Transição, bem como para garantir que esse contribua para o desenvolvimento sustentável.

V. Performance ASG da Eneva

A Eneva é uma empresa privada do setor elétrico brasileiro, atuando na geração de energia através de combustíveis fósseis (carvão mineral e gás natural) e renováveis (solar), além da exploração de gás natural *onshore* e da atuação no Mercado Livre de Energia e Gás Natural. A empresa possui 2,8 GW de capacidade instalada, dos quais 78% estão operacionais. Desse total, 1 MW da potência corresponde a geração de energia fotovoltaica através da usina Tauá. A empresa é responsável por 11% da geração de energia térmica a gás do país, a partir de sua extração de 8,4 milhões de m³ de gás natural por dia.

A análise da Eneva tem como objetivo avaliar sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar riscos associados aos projetos que desenvolve. Dessa maneira é possível averiguar sua capacidade de manter inalteradas as condições que permitem que os projetos subjacentes sejam elegíveis a uma emissão caracterizada como Título de Transição.

Nesse contexto, fizemos uma avaliação de políticas e práticas da empresa para o segmento de geração de energia. Adicionalmente, pesquisamos controvérsias de caráter social, ambiental e de governança envolvendo a companhia e suas SPES associadas aos projetos.

SITAWI Research

Análise de performance ASG da empresa



Empresa: Eneva
País: Brasil
Setor (GICS): Serviços de Utilidade Pública

Pontos fortes

- ✓ Formalização de práticas socioambientais
- ✓ Iniciativas para redução no consumo de água e combustíveis
- ✓ Promoção e apoio a iniciativas sociais

Oportunidades de melhoria

- ! Maior diversidade em posições de liderança e conselho de administração
- ! Compensação das emissões de CO2

Desempenho ASG

De modo geral, a Eneva obteve um desempenho ASG confortável. A análise completa se encontra na Tabela 6. Como destaque positivo está sua formalização de suas práticas socioambientais em políticas.

Adicionalmente, a empresa possui boas práticas sociais, com o apoio a diversas iniciativas de promoção de qualidade de vida e inclusão nos locais onde estão instalados seus empreendimentos.

Por outro lado, foram identificados pontos de melhoria. A Eneva pode se beneficiar com maior diversidade em posições de liderança e em conselho de administração e com a compensação de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Tabela 6 - Análise de práticas e políticas ASG

Ambiental	●●●●○ Confortável
<ul style="list-style-type: none"> • Uso de Recursos: As atividades da empresa demandam uso intensivo de água, tendo impacto sobre a disponibilidade hídrica nas regiões onde atua. Dentre os ativos da Eneva, os de geração de energia representam o maior volume de captação e consumo de água na sua operação. Em termelétricas, a maior parte do consumo de água está relacionada ao resfriamento das turbinas. Visando reduzir o consumo e a captação de água, a empresa adota práticas para maximizar e manter a eficiência da geração de energia e utilizam o sistema semifechado de resfriamento por torres úmidas de ventilação forçada, no qual a água tem sua temperatura reduzida e é recirculada diversas vezes antes do descarte. Ao longo do desenvolvimento de qualquer projeto, a companhia realiza uma avaliação preliminar considerando a viabilidade ambiental, tecnológica e locacional do empreendimento. Nessa etapa é definida a melhor alternativa para captação de água com base em estudos técnicos, estimando se o corpo hídrico receptor tem vazão suficiente para a demanda necessária. Além disso, todo o 	

processo de gestão do consumo de água na empresa é monitorado por indicadores que são acompanhados mensalmente e abordados nas reuniões de gestão, incluindo o monitoramento constante dos volumes captados e lançados, bem como sua qualidade. A empresa investe ainda em tecnologias para economia de água em suas operações e foi adotada a tecnologia denominada Air Cooled Condenser (ACC) para resfriamento do ciclo água-vapor no projeto UTE Jaguatirica II, o que faz com que não haja consumo significativo de água no processo e poupando sua captação para o processo de geração de energia. Adicionalmente, para o abastecimento de sua UTE Itaquí (MA), é realizada captação e dessalinização da água do mar. Já para a UTE Pecém II (CE) a água é adquirida da concessionária do Estado do Ceará, podendo representar riscos de escassez hídrica (a empresa já teve que arcar com tarifa de encargo hídrico emergencial quando houve seca na região). Para mitigação do impacto, foi adotado tratamento químico específico que possibilitou aumentar de 3,5 para 15 vezes o número de recirculações de água nas torres de refrigeração.

Com relação ao uso de combustíveis, a atividade da empresa demanda grande uso dos mesmos, sendo eles carvão e gás natural nas usinas. A empresa investe em tecnologias em suas plantas que vêm resultando na diminuição do consumo de carvão no processo de geração, como o Retrofit dos moinhos de carvão e atuadores, e no aumento da capacidade de geração das usinas a gás sem que haja o aumento do consumo de gás natural, como o fechamento de ciclo destas. Por fim, a estratégia de sustentabilidade da empresa inclui o pilar de gestão eficiente dos recursos, incluindo os temas 'conservação, uso e gestão responsável da água' e 'eficiência operacional' (para gerar mais energia com menor consumo de combustível). Sua potência instalada para a geração de energia é 99,9% proveniente de fontes fósseis, a partir de gás natural, representando 74% de seu portfólio em operação e já contratado em implementação, e carvão mineral, representando 26%.

- **Ecosistemas:** A Eneva realiza atividades com potencial impacto sobre a fauna, entretanto não possui histórico de acidentes envolvendo prejuízos a mesma. São executados os programas de controle e monitoramento socioambiental, no âmbito do licenciamento junto a órgãos ambientais, incluindo o Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre e Aquática. Adicionalmente, no Manual de Gestão Corporativo de HSE¹⁷ da companhia é mencionado que devem ser cumpridas todas as orientações técnicas e legais na realização da atividade de supressão vegetal, atentando aos cuidados para execução das atividades de supressão propriamente ditas e eventuais manejos de fauna, conforme se fizerem necessários.

A empresa realiza atividades que demandam o desmatamento de áreas significativas de terra para instalação das suas plantas e exploração de gás natural. A empresa não está envolvida em controvérsias relacionadas ao tema, e realiza a mitigação dos impactos potenciais no âmbito de seus processos de licenciamento ambiental. Além disso, todas as atividades que caracterizem supressão vegetal de espécies nativas, devem ser validadas pela área de HSE Corporativo, que conduzirá o respectivo licenciamento ambiental.

A empresa informou que não esteve envolvida em controvérsias relacionadas a penalidades por descumprimento de legislação ambiental e que possui licença regularizada em todos os seus empreendimentos. Adicionalmente, nas Diretrizes Corporativas de Saúde e Segurança (SS) e Meio Ambiente, é mencionado que as atividades da empresa deverão estar amparadas pelas licenças ambientais vigentes emitidas pelos órgãos ambientais competentes e que as licenças ambientais deverão estar sempre disponíveis para visualização e consulta nas instalações. Os prazos de licenças devem ser monitorados e as respectivas condicionantes atendidas em sua totalidade. A Eneva conta com equipe dedicada aos processos de licenciamento ambiental, sendo composta por um Coordenador e quatro Analistas, responsável pela coordenação e execução das atividades relacionadas a Licenças e Programas Ambientais através de sistema próprio. Dentre as responsabilidades da equipe, destacam-se o acompanhamento e tratativas das condicionantes de licenças e requisitos ambientais, e a coordenação do equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e as atividades operacionais da empresa nos sites, de forma a garantir o cumprimento das ações condicionantes em conformidade com os prazos acordados com os órgãos ambientais. Além desse monitoramento pela equipe, o acompanhamento das licenças ambientais, entre outros requisitos legais, também é realizado durante reuniões mensais.

- **Gestão de Resíduos:** Em todas as operações onde ocorre o descarte de água ou efluentes, a empresa estabelece controles para que essa atividade seja realizada seguindo as diretrizes internas e legislações federal, estadual e municipal, com destaque para o atendimento a Resolução CONAMA 430/2011 sobre o descarte de efluentes. A companhia informa que não realiza nenhum descarte ou escoamento de água que afete significativamente corpos hídricos, habitats ou áreas de alta sensibilidade ambiental. Nos locais onde não ocorre tratamento e descarte de efluentes por empresa contratada, a Eneva realiza a gestão primária com base em procedimentos legais e aplicáveis ao tratamento e o respectivo lançamento de efluentes, a partir de Estações de Tratamento de Efluentes (ETE) próprias, além de programas de monitoramento e controle de qualidade dos efluentes antes do descarte final. Caso seja detectada alguma anomalia nos padrões monitorados, abre-se um processo

¹⁷ Da sigla em inglês, 'Saúde, Segurança e Meio Ambiente'

de não conformidade interno, conforme estabelecido pelo Sistema de Gestão, estabelecendo-se ações de forma a eliminar a recorrência do problema. A empresa possui iniciativas de reuso em algumas unidades, onde parte dos efluentes comprovadamente tratados com padrões legalmente aceitáveis de qualidade são utilizados para fins de uso secundário como lavagem de equipamentos e umectação de vias para controle de poeira. Os efluentes gerados nas operações de exploração e produção de gás natural podem variar dependendo da atividade, como a intervenção sísmica, perfuração de poços ou produção/tratamento de gás. A empresa informou que os volumes são significativamente menores do que os efluentes gerados na geração de energia, que demanda mais água em seu processo e representam a fonte mais significativa de geração de efluentes industriais na operação. Cada ativo operacional da empresa conta com planos específicos de monitoramento estabelecidos junto aos órgãos ambientais e conforme as exigências legais para cada tipo de efluente.

As atividades da empresa geram grande quantidade de resíduos durante sua vida útil e no descomissionamento de suas atividades, especialmente cinzas provenientes das atividades de geração de energia nas usinas movidas a carvão mineral, e cascalho de argila, proveniente da perfuração de poços de gás natural. No entanto, a companhia possui ações para reaproveitamento desses materiais, inclusive com o reaproveitamento de cinzas geradas nas unidades a carvão para indústria cimenteira, e não está envolvida em controvérsias no tema. Nos casos em que não é possível realizar reaproveitamentos, estes são gerenciados seguindo a legislação ambiental e destinados de forma adequada. Segundo o Manual de Gestão Corporativo de HSE, na gestão ambiental das atividades da empresa, deve-se atentar para a minimização na geração de resíduos, o correto acondicionamento e separação por tipo, além do transporte e destinação final adequada, além de registro documental. Cada Unidade Operacional possui plano de gerenciamento de resíduos, que são atualizados anualmente. Adicionalmente, nas Diretrizes Corporativas de SS e Meio Ambiente, é mencionado que os resíduos devem ser inventariados, e o inventário deve indicar as fontes de geração, quantidade estimada, e as formas de acondicionamento e destinação final. A empresa não possui plano de descomissionamento institucional para seus empreendimentos.

A empresa não possui histórico de controvérsias devido a acidentes ambientais. Segundo o Manual de Gestão Corporativo de HSE, na gestão ambiental das atividades da empresa deve-se mitigar eventuais acidentes ambientais até a eliminação de seus impactos quando possível. Quando não for possível, a empresa deve garantir a correta compensação ambiental pelos danos causados. Adicionalmente, deve-se monitorar periodicamente os potenciais passivos ambientais que possam existir.

A Eneva é um potencial emissor de poluentes atmosféricos nas atividades que desempenha, de geração de energia termelétrica e exploração e produção de gás natural. No entanto, a empresa estabelece metas e adota medidas para controlar as emissões de suas operações. A empresa estabelece e monitora limites internos por meio do *Continuous Emissions Monitoring System* (CEMS), de modo a determinar a concentração de gases e de material particulado por meio de sensores instalados dentro das chaminés, gerando dados a cada 15 minutos, o que possibilita o monitoramento 24 horas por dia. A empresa não está envolvida em controvérsias relacionadas a emissões atmosféricas. Todas as usinas da Eneva, sejam elas a carvão ou a gás, utilizam tecnologia denominada LowNox, que tem como premissa a baixa emissão de NOx. As usinas a carvão utilizam também um equipamento de abatimento de emissões de SOx, o *Semi-Dryer Absorber* (SDA) e filtros de manga para a redução da emissão de partículas sólidas. Além disso, o descarregamento do carvão mineral importado que é estocado em nas usinas é feito por meio de correias transportadoras que são enclausuradas com o objetivo de evitar emissões fugitivas e ruídos. A empresa desenvolveu procedimentos específicos para movimentar as pilhas de carvão de seus pátios e aplica produtos químicos (polímero) que aglutinam as partículas de carvão e água em momentos específicos de movimentação das pilhas, dificultando desta maneira o arraste das partículas de carvão pelo vento. A empresa assumiu o compromisso de não desenvolver novos projetos a carvão (sem comprometer a energia assegurada nos contratos vigentes das térmicas a carvão) e a buscar junto a diferentes stakeholders soluções que minimizem a utilização destes ativos, sem prejuízo da estabilidade do sistema.

- **Mudanças climáticas:** As atividades de geração de energia da empresa emitem quantidades significativas de CO₂, com índice atual de geração de 0,60 tCO₂/MWh, em comparação a 0,075 tCO₂/MWh, fator de emissão do Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2019. As emissões da empresa em 2019 foram de 5.478.801 tCO₂eq no âmbito do escopo 1 e 1.725,86 tCO₂eq no escopo 2. A companhia monitora as emissões por meio da metodologia GHG Protocol e houve uma redução de 9% na intensidade de emissão por energia gerada entre 2017 e 2019. Outras atividades realizadas com o objetivo de redução das emissões incluem reaproveitamento das cinzas, utilização de carvão importado com maior poder calorífico, análise de potencial de expansão com energia solar, e reaproveitamento de vapor na geração de energia térmica (nos projetos Parnaíba V e VI). Com relação à atividade de exploração e produção de gás natural, a empresa informou que não realiza o monitoramento das emissões fugitivas de metano, apesar de manterem um robusto sistema de gestão de integridade dos ativos. A empresa não realiza compensação de suas emissões de CO₂.

- **Comunidades:** A empresa desenvolve projetos e instalações que possuem potencial de gerar poluição sonora, porém não possui histórico de controvérsias no tema. Para mitigação dos impactos, a empresa adota tecnologias modernas de forma a aumentar a eficiência na redução da geração do ruído pelas operações, estabelece o enclausuramento das fontes e o monitoramento do ruído na circunvizinhança.

As instalações da companhia estão sujeitas a impactar a paisagem da região onde estão inseridas. A empresa adota medidas de mitigação dos impactos, com ações como construção e restauração de taludes, reposição florestal e enriquecimento de áreas do Parque Estadual do Bacanga e plantios do Projeto Rio Novo, ambos no Maranhão. Programas relacionados a integração paisagística são adotados quando exigidos no âmbito do licenciamento ambiental.

A atividade da empresa pode demandar a remoção ou reassentamento de comunidades locais e esta possui histórico de reassentamento involuntário no âmbito da UTE Itaqui no Maranhão (reassentamento das famílias residentes na Vila Madureira). A empresa informou que adota mecanismos de compensação e negociação com proprietários de terra, como por exemplo indenização, auxílio moradia e bolsas de estudo profissionalizantes (medidas aplicadas no caso Vila Madureira). A Eneva não possui política ou declaração pública no tema.

A empresa possui projetos de desenvolvimento local nas áreas onde está inserida. Entre eles, podemos destacar o projeto Educação Sustentável, que promove o debate e disseminação de informações socioambientais, abrangendo 95 comunidades. Já o projeto Quebradeiras de Coco auxilia a Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco, fornecendo apoio financeiro (como capacitação dos trabalhadores e maquinário) para seu desenvolvimento. No processo de emancipação da Vila Canaã (MA), foi desenvolvido o Polo Agrícola HortCanaã, disponibilizando infraestrutura local para a geração de emprego e renda das comunidades. Ademais, a empresa informou que realiza anualmente com público interno e externo ações e campanhas de educação ambiental direcionadas a comunidades vulneráveis, com foco nas crianças de escolas públicas e lideranças comunitárias e que realiza periodicamente campanhas de combate a incêndios, com participação de escolas, entrega de cartilhas e participação ativa da brigada de incêndio.

As atividades da empresa têm potencial de impactar comunidades tradicionais, e esta realiza esforços para minimizar impactos sobre áreas que pertencentes a essas comunidades, oferecendo compensação adequada de acordo com a legislação para a população tradicional impactada por seus projetos. É realizado mapeamento de áreas que pertencem ou são de interesse de comunidades tradicionais para planejamento, e então são avaliadas outras áreas para desenvolvimento dos projetos que têm potencial de impactar comunidades tradicionais. Toda a avaliação é documentada, e é realizada comunicação proativa sobre os direitos das comunidades tradicionais sobre a terra. A empresa não possui política formalizada no tema.

- **Clientes:** A empresa não possui histórico de controvérsias a relacionadas aos clientes e/ou consumidores. Além disso, a empresa disponibiliza em seu site uma área de fale conosco, apresentando telefones e um campo para escrita de e-mails, onde os interessados podem enviar suas sugestões, reclamações e afins para a empresa, além de Canal de Denúncia que atende a reclamações internas e externas, aberto ao público e é gerido pela empresa Contato Seguro de forma independente. A empresa não possui sistema de gestão de qualidade certificado.
- **Cadeia de Suprimentos:** A empresa utiliza mão de obra de terceiros para realizar suas atividades meio. O Procedimento de Gestão de Incidentes da empresa, implementado em sistema informatizado, contempla terceiros, e este inclui a comunicação da ocorrência de incidentes, mitigação das suas consequências e monitoramento de indicadores de saúde e segurança. A empresa informou que os indicadores de saúde e segurança de terceiros são iguais aos de contratados diretos. Além disso, na política de HSE, a empresa afirma que visa "Garantir a adesão da força de trabalho, sejam colaboradores próprios e ou terceiros às nossas Diretrizes de HSE". A empresa informou que não possui histórico de controvérsias relacionados a terceirização.

Em relação a seu relacionamento com fornecedores e subcontratadas, a companhia possui Diretriz de Suprimentos, no qual discorre sobre as práticas de contratação de seus fornecedores, buscando promover um relacionamento sustentável. Para a seleção de fornecedores, estes passam por avaliação considerando critérios socioambientais, financeiros, jurídicos, de compliance e de saúde e segurança. A empresa monitora o desempenho de seus fornecedores, verificado sua conformidade com padrões de saúde, segurança, meio ambiente, trabalhistas, previdenciários e atendimento das atividades relacionadas ao fornecimento. A empresa informou que não possui histórico de penalizações relacionadas a relacionamento com empresas fornecedoras e subcontratadas.

-
- **Recursos Humanos:** A empresa não possui histórico de controvérsias ou penalidades relacionadas a acidentes trabalhistas e monitora e divulga os dados relacionados ao tema. Em 2019, foram registrados 142 incidentes. A taxa de frequência de quase acidentes foi de 6,96 em 2019 (em comparação com 2,86 em 2018) e a taxa total de acidentes reportáveis foi de 1,96 em 2019 (em comparação com 3,30 em 2018). A empresa realiza treinamentos voltados para a saúde e segurança, e em 2019, 950 colaboradores próprios e 2.391 colaboradores terceiros passaram por mais de 136 mil horas de treinamento no tema. O sistema de saúde e segurança da empresa foi formulado de acordo com normas internacionais, porém este não é certificado.

O controle de horas trabalhadas é feito através do sistema ERP (SAP) e a empresa realiza iniciativas de promoção do bem-estar no trabalho através de seu Programa de Qualidade de Vida, que inclui nutrição e atividades físicas. A empresa monitora a satisfação de seus colaboradores tendo sido premiada com o selo *Great Place to Work* (incluindo todas suas unidades).

A empresa não possui histórico de controvérsias relacionadas à liberdade sindical, e seu Código de Conduta prevê o respeito à livre associação. De seus 950 colaboradores próprios, 838 (88%) são cobertos por acordos coletivos. A empresa informou que fornece espaço para reuniões sindicais quando necessário.

Há elevado nível de geração de empregos diretos e indiretos o durante a fase de construção dos empreendimentos da empresa, e a mesma não possui política formalizada ou compromisso público relacionado a da geração de empregos. A empresa desenvolveu seu *'workforce planning'* em 2019, uma ação voltada para o desenvolvimento de seus profissionais. Foram investidos por volta de dois milhões de reais em treinamentos, incluindo programas de desenvolvimento contínuo, planos de desenvolvimento individual, treinamentos técnicos e parcerias com instituições de ensino. Além disso, a empresa possui a Diretriz de Remuneração e Movimentações, na qual discorrem sobre as normas de gestão a respeito de cargos e salários. A empresa informou que possui processo de feedback estruturado para avaliação de desempenho de seus funcionários.

A empresa não possui histórico de controvérsias relacionadas a discriminação no ambiente de trabalho. Além disso, possui a Diretriz de Igualdade de Oportunidades e Respeito, que estabelece a prática não discriminatória na empresa e a promoção a diversidade e canal de denúncia anônima para situações de discriminação e assédio. A empresa divulga dados a respeito de gênero e faixas etárias no seu corpo de funcionários, e em 2019 contava com 22% de mulheres em seu quadro e 15,7% de mulheres em posições de liderança. A empresa não possui políticas de inclusão de minorias no seu corpo de colaboradores além da obrigação legal.

Governança



Confortável

- **Transparência:** A empresa divulga seus dados financeiros de forma trimestral e anual. Além disso, as principais políticas de gestão da empresa estão divulgadas em seu site, assim como as práticas socioambientais relevantes. A Eneva possui uma política de divulgação de ato ou fato relevante e negociação de valores mobiliários, estabelecendo um compromisso com a transparência e divulgação de dados. Ademais, a empresa irá lançar o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade ainda no segundo semestre de 2020.
- **Comportamento empresarial:** A empresa possui código de conduta disponível para colaboradores e terceiros em seu site, estabelecendo o comportamento adequado de acordo com os princípios de integridade e ética. Este estabelece o combate a corrupção e respeito às leis anticorrupção. Ademais, a empresa possui Política Anticorrupção, que estabelece diretrizes para comportamento de seus funcionários diretos e terceiros em situações que possam envolver corrupção e lavagem de dinheiro, incluindo o cumprimento da Lei Anticorrupção. Todos os fornecedores, terceiros, clientes e potenciais parceiros em novos negócios passam por diligências anticorrupção. A política estabelece o Canal de Denúncia Eneva, para relato de casos de violação potencial ou efetiva a suas diretrizes. O canal garante o anonimato das denúncias. Infrações à política podem acarretar medidas disciplinares, proporcionais à natureza e gravidade da violação em questão, como advertências e desligamentos por justa causa, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais, quando aplicáveis, de acordo com a legislação.

Em relação a seu conselho de administração, 71% é composto por membros independentes e 14% de mulheres. Seu presidente e o diretor-executivo não são a mesma pessoa. Nas reuniões de conselho, são abordados temas socioambientais. A remuneração variável da alta liderança da empresa inclui critérios socioambientais. A remuneração de seu conselho e diretoria é divulgada através de seu formulário de referência. A companhia não patrocina atividades partidárias e possui procedimento estruturado para investigação e punição de casos de corrupção recebidos como denúncias. A empresa está envolvida em denúncia veiculada pela mídia, relacionada a acusação de pagamentos indevidos. A empresa atualmente não se encontra em investigação e o caso é detalhado na tabela dedicada abaixo.

Em relação ao estudo de controvérsias, concluímos que a Eneva está envolvida em casos significativos ligados à governança corporativa. Seu nível de responsabilidade é considerada adequado para resolução dessas questões. Esse fato é importante, pois indica que as práticas da empresa são efetivas.

Governança	Nível de Severidade	Responsividade
<p>2020: Empresa de publicidade ligada a deputado do AM é acusada de receber mais de R\$ 1 MM da Eneva</p>	<p>Muito significativo: A empresa Criae Design e Publicidade LTDA, contratada sem licitação na gestão do deputado Josué Neto, teria recebido pagamentos da Azulão Geração de Energia S.A, controlada pela Eneva, para favorecimento da abertura do mercado de gás natural no Amazonas acabando com o monopólio da Cigás (proposta de lei do mesmo deputado) na comercialização e distribuição de gás natural no Amazonas.</p>	<p>Defensiva: Em nota, a Eneva ressaltou que suas atividades são norteadas pela ética e integridade. A empresa informou que não existe qualquer investigação em curso e que seus processos de contratação de serviços são previamente avaliados pelas áreas de Jurídico e Compliance, passando por processo de Due Diligence de Integridade, e que os contratos possuem cláusula anticorrupção. Além disso também informou que todos os fornecedores são cadastrados no sistema ARIBA e respondem questionário de integridade no ato de cadastro e na qualificação do fornecedor.</p>
<p>2018: Procuradoria apura suspeita de perda bilionária em acerto de Aneel e Eneva</p>	<p>Pouco significativo: O Ministério Público Federal abriu um inquérito para analisar um acordo firmado entre a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a Eneva, devido a atraso de dois anos por parte da Eneva da entrega de uma usina termelétrica que poderia ter gerado aumento significativo na conta de luz de consumidores.</p>	<p>Remediativa: Foi determinada a ausência de irregularidades e o inquérito foi arquivado em agosto de 2019.</p>

Por meio dessa análise, concluímos que a Eneva possui práticas ASG confortáveis e *know how* técnico de suas atividades. Sendo assim, concluímos que a empresa tem capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar riscos e sustentar as condicionantes que conferem a qualidade de Título de Transição à debênture.

Método

A análise da SITAWI é baseada em sua metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de três etapas:

- 1) Avaliação da emissão – o primeiro passo é avaliar se a emissão tem como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impactos socioambiental positivo, condizente com a condição de Título de Transição. Para isso, na ausência de princípios de transição, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*:
 - Uso dos recursos (*use of proceeds*): propósito da emissão do título;
 - Processo de seleção e avaliação de projetos (*process for project evaluation and selection*): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados;
 - Gestão dos recursos (*management of proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis a classificação de Título de Transição;
 - Relato (*reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.
- 2) Performance Socioambiental dos projetos – avaliamos os projetos com base no atendimento à legislação socioambiental brasileira e as melhores práticas contidas nos *IFC Performance Standards (IFC-PS)* e outros padrões de sustentabilidade. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Processo de medição, prevenção, mitigação e compensação dos impactos ambientais do projeto;
 - Contribuição do projeto para o desenvolvimento sustentável;
 - Controvérsias¹⁸ em que o projeto está envolvido.

Essa análise é composta de 4 dimensões e 13 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para o projeto:

Tabela 7 - Critérios para avaliação do projeto

Dimensão	Tema
Ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Licenciamento e Áreas protegidas (IFC-PS nº6)• Impacto na biodiversidade local (IFC-PS nº6)• Utilização de materiais de menor impacto (IFC-PS nº3)• Resíduos e ciclo de vida do projeto (IFC-PS nº3)• Recursos naturais (IFC-PS nº3)
Comunidades	<ul style="list-style-type: none">• Diálogo com comunidades no entorno (IFC-PS nº4)• Impacto em comunidades tradicionais (IFC-PS nº7)• Reassentamento involuntário (IFC-PS nº5)• Impacto em sítios arqueológicos e culturais (IFC-PS nº8)

¹⁸ O conceito de controvérsia é baseado na publicação “CONTROVÉRSIAS ASG 2017” (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>) que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de trabalho dos empregados diretos e terceirizados (IFC-PS nº2) • Ações de não-discriminação na contratação e ambiente de trabalho (IFC-PS nº2)
Gestão socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de gestão socioambiental (IFC-PS nº1) • Transparência (IFC-PS nº1)

3) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa de acordo com as melhores práticas de sustentabilidade por meio de *standards* reconhecidos internacionalmente, como GRI¹⁹ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:

- Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
- Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
- Controvérsias em que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:

Tabela 8 – Políticas e práticas analisadas

Dimensão	Práticas
Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de Recursos • Ecossistemas • Gestão de Resíduos • Mudanças climáticas
Social	<ul style="list-style-type: none"> • Comunidades • Clientes • Cadeia de suprimento • Recursos humanos
Governança	<ul style="list-style-type: none"> • Transparência • Comportamento empresarial

Legendas

Nível da Asseguração

Tabela 9 - Níveis de asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Capaz de confirmar de forma convincente os princípios e objetivos da asseguração.
Moderado	Capaz de confirmar de forma parcial os princípios e objetivos da asseguração.
Limitado	Incapacidade de confirmar os princípios e objetivos da asseguração.

Nível de performance do projeto/empresa

●●●● Superior

¹⁹ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

A empresa ou o projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.

●●●○ Confortável

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.

●●○○ Satisfatório

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

●○○○ Insuficiente

O projeto ou a empresa não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

○○○○ Crítico

A empresa ou projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Tabela 10 – Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

Nível de Severidade	
Baixo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
Médio	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Alto	Descumpre a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou com remediação difícil ou custosa.
Responsividade	
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Transition Bond Form

Transition Debenture

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: ENEVA

Review provider's name: SITAWI Finance for Good

Completion date of this form: 16/09/2020

Publication date of review publication: N/A

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (please specify): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, ENEVA's first Transition Debenture contributes to the transition to a low carbon economy by allowing GHG emission reduction through two natural gas thermic energy projects (energy efficiency gains and cleaner fuel). All GBPs are managed in a comfortable way. ENEVA has a comfortable ESG performance at corporate level, reinforcing its capacity to maintain the transition credentials of the issuance. ENEVA's projects have comfortable environmental and social performances.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: The Debenture's term sheet indicates that the proceeds will be allocated to reimbursements of capex and future expenses for natural gas thermal plants. The first one, Parnaíba VI, consists in the closing cycle of an existent natural gas plant, increasing its installed capacity in 51% without additional need for natural gas, reducing the GHG emissions intensity. The second one, UTE Jaguatirica II, consists in the implementation of a combined cycle natural gas power plant in an isolated system

which is currently powered by diesel power plants, reducing GHG emissions and NOx emissions in the isolated system.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Renewable energy | <input checked="" type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input checked="" type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs:

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable): The Debenture's term sheet specifies the two natural gas projects that will receive its proceeds. The projects are currently being implemented, and the list of eligible projects is equivalent to the list of selected projects associated with the bond.

These projects will reduce GHG emissions intensity in the Brazilian power grid. SITAWI's evaluation concluded that ENEVA's projects have comfortable environmental and social performances and are aligned with ENEVA's decarbonization strategy.

Evaluation and selection

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Transition Bond proceeds | <input type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): The issuance amounts to up to R\$ 735 MM, which represents about 30,1% of the estimated total costs of the Nominated Projects (R\$ 2.439 MM).

All net proceeds from the Debenture will be destined to reimbursements and future expenses of capex of 2 natural gas power plants (each one represented by a SPV). ENEVA will maintain the non-allocated proceeds temporarily in cash and cash equivalent instruments until full allocation to the nominated projects and assets.

Tracking of proceeds:

- Transition Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

Additional disclosure:

- Allocations to future investments only
- Allocation to individual disbursements
- Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds
- Allocations to both existing and future investments
- Allocation to a portfolio of disbursements
- Other (*please specify*):

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): ENEVA will disclose annually, on its website, the proceeds allocated on related projects and environmental benefits main indicators of the projects, namely the amount of generated power (GWh), avoided emissions (tCO₂e), NO_x avoided emissions (mg/Nm³) and GHG emissions intensity (tCO₂eq/MWh).

Use of proceeds reporting:

- Project-by-project
- Linkage to individual bond(s)
- On a project portfolio basis
- Other (*please specify*):

Information reported:

- Allocated amounts
- Other (*please specify*):
- GB financed share of total investment

Frequency:

- Annual
- Other (*please specify*):
- Semi-annual

Impact reporting:

- Project-by-project
- Linkage to individual bond(s)
- On a project portfolio basis
- Other (*please specify*):

Frequency:

- Annual
- Other (*please specify*):
- Semi-annual

Information reported (expected or ex-post):

GHG Emissions / Savings Energy Savings

Other ESG indicators (*please specify*): Generated energy (GWh), NOx avoided emissions (mg/Nm3) and emissions intensity (tCO2eq/MWh).

Means of Disclosure

- Information published in financial report Information published in sustainability report
- Information published in ad hoc documents Other (*please specify*):
- Reporting reviewed (*if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review*):

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (*e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.*)

<https://ri.eneva.com.br/>

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE

Type(s) of Review provided:

- Consultancy (incl. 2nd opinion) Certification
- Verification / Audit Rating
- Other (*please specify*):

Review provider(s):

Date of publication:

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) Consultant Review: An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green/Transition Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green/Transition Bond framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) Verification: An issuer can have its Green/Transition Bond, associated Green/Transition Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria.
- (iii) Certification: An issuer can have its Green/Transition Bond or associated Green/Transition Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green/transition assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) Rating: An issuer can have its Green/Transition Bond or associated Green/Transition Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green/Transition Bond ratings

are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green/Transition Bond frameworks / programs.